

DESCRIOULIZAÇÃO DA VARIANTE NI EM TEXTOS ESCOLARES DE SERRINHA- BA

Emerson Santos de Souza (UNEB)¹

RESUMO

Entre os substratos africanos presentes no português brasileiro (PB), percebe-se atualmente, na fala e na escrita, a substituição da preposição *em* por *ni*. Contudo, uma vez que a escola prestigia a variedade padrão baseada na gramática tradicional, nota-se que o PB tende a caminhar rumo ao português europeu, fazendo com que alguns traços linguísticos herdados das línguas que o compuseram (africana, indígena e europeia) se percam, implicando o processo de *descrioulização*. A partir da metodologia laboviana, este trabalho tem por objetivo descrever o processo de descrioulização da preposição *ni*, verificando o uso das variantes [em] e [ni] em textos escritos de alunos do 6º e 9º ano de uma escola particular do município de Serrinha-BA.

Palavras-chave: Crioulização. Descrioulização. Preposição *ni*. Português brasileiro.

INTRODUÇÃO

Diante do processo de miscigenação no Brasil, o falar lusitano foi privilegiado, considerando-se erro tudo aquilo que não estivesse de acordo às normas linguísticas da língua dos colonizadores. Contudo, a noção de erro linguístico se intensificou na colônia a partir da inserção dos falares de negros africanos, que foram trazidos para o Brasil com objetivo de trabalhar como escravos naquela protocélula colonial.

Dessa maneira, uma vez que os africanos não tiveram a oportunidade de, assim como os índios, aprender o português, falar trôpego dos negros era considerado fruto da ignorância e da incapacidade de bem pensar. Essa noção preconceituosa para com os negros pode ser justificada pela necessidade que os colonizadores tiveram de conhecer a língua tupi-guarani a fim de se “relacionarem” mais facilmente com os indígenas.

¹ Graduando em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas – Licenciaturas da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

A necessidade de aprender a língua dos nativos foi tamanha que José de Anchieta elaborou, em 1595, a *Arte de gramática da lingoa mais usada na costa do Brasil*², a partir da língua dos autóctones, postura que não aconteceu com as línguas africanas naquela época. Estas línguas, embora fossem consideradas ameaças à integridade da língua herdada dos portugueses, deixaram marcas (substratos) no português brasileiro (doravante PB) cuja análise será necessária a fim de se descrever a constituição desse idioma.

Os substratos³ africanos no PB podem ter como princípio a transmissão linguística irregular (doravante TLI), isto é, ao contrário da transmissão linguística regular (doravante TLR), que acontece na interação e crianças, na fase de socialização. A TLI, segundo Naro e Scherre (2007, p. 137), “teria que se dar entre adultos e/ou com base em fala não suscetível de uma análise ordenada, talvez por ser caótica, ou por ser em quantidade insuficiente, ou ainda por outras razões”.

Esses substratos caracterizam a formação de um *pidgin*, a saber, um sistema linguístico criado por adultos com propósitos bem específicos: trocas comerciais ou trabalhos forçados em lavouras, por exemplo, cujos falantes não dispunham de outro meio verbal comum. Com o passar dos tempos, esse *pidgin* se nativizaria-se, isto é, os nativos passariam a utilizar esse sistema linguístico (crioulo) no dia-a-dia, implicando, dessa forma, o processo de criouliização.

Entre os substratos africanos presentes no PB (Lucchesi e outros, (2009)), pode-se perceber, atualmente, a substituição da forma canônica da preposição *em* por *ni*. Essa percepção se deu a partir da comparação feita entre o vernáculo falado de comunidades “isoladas⁴” no Brasil e o crioulo de São Tomé⁵ na África.

Entretanto, empiricamente, nota-se que o [ni] não está apenas em comunidades consideradas isoladas, mas também são perceptíveis em

² Para Leite e Franchetto (2006, p. 22-3), essa gramática tinha por objetivo aprender a língua indígena e transmiti-la a outros religiosos para que estes pudessem cumprir sua missão: catequizar os povos primitivos, considerados animais antes de suas conversões ao cristianismo.

³ Traços de uma língua vencida sobre uma língua vencedora.

⁴ Chamam-se comunidades isoladas, nesse contexto, aquelas que são remanescentes de quilombos.

⁵ Análises feitas por Norma Lopes (UNEB) e Alan Norman Baxter (Universidade de Macau); e por Alan N. Baxter (*idem*) e Dante Lucchesi (UFBA).

repertórios linguísticos orais e, em poucas ocorrências, em textos escritos de falantes escolarizados que não residem nas comunidades isoladas. Por essa razão, pode-se dizer que essa variação é diafásica e/ou diatópica, uma vez que as ocorrências do *ni* não se limitam aqueles espaços isolados?

Além dessa proposição, e levando em consideração o contexto escolar, bem como o tipo de variedade linguística prestigiada na escola (a padrão), pergunta-se: o ensino da língua portuguesa, baseado nas regras gramaticais normativas, incentivaria diretamente o processo de descrioulização (neste caso, o processo de mudança da variante não-canônica para a canônica) da variante [*nɨ*], privilegiando a forma padrão da preposição [*em*]?

Assim, com base nesses pressupostos teóricos e a partir da metodologia laboviana⁶, pretende-se, nessa abordagem, observar o grau de frequência do uso do *em* e do *ni* em textos escritos de estudantes do 6º e 9º ano de um colégio particular da cidade de Serrinha na Bahia.

1. A amálgama das etnias indígena, africana e europeia: nuances do falar brasileiro

O renomado antropólogo Darcy Ribeiro (2006, p. 27), sobre a formação do povo brasileiro, afirma que:

No plano étnico-cultural, essa transformação (econômica e social) se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, *na língua* e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África, e os europeus aqui querenciados. *Era o brasileiro que surgia* (grifos meus) [...].

Legitimando o conhecimento sobre a miscigenação no Brasil, Ribeiro reafirma a ideia de que o povo brasileiro fora constituído por três raças: o indígena, o africano e o europeu. Entretanto, essa miscelânea não se deu apenas nos traços fisiológicos, mas se estendeu às questões linguísticas, étnicas, culturais etc., logo, pode-se dizer que o povo brasileiro possui sua língua mista, formada pela amálgama das línguas desses povos. Assim, ao passo que as línguas indígenas e africanas, timidamente, interferiram a estrutura e/ou léxico do português europeu (PE), esta iria perdendo sua

⁶ Um modelo teórico-metodológico, baseado em um dos modelos da Estatística, que analisa a língua em uso dentro da comunidade de fala..

“pureza”, resultado numa língua com peculiaridades brasileiras: o *português brasileiro* (PB).

A partir desse pressuposto, nota-se que o Brasil viveu/vive um processo especial de descolonização, pois “a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos [...] de uma outra nação” (ORLANDI, 2009. p. 213), ou seja, o vernáculo não está mais submetido às normas linguísticas lusitanas, mas se percebe que há nele uma eminente constituição da gramática brasileira, isto é, existe uma gramática constituída com traços brasileiros para brasileiros.

2. As hipóteses da formação do português brasileiro

Atualmente, existem algumas teorias que tentam explicar a formação do PB, contudo, esta pesquisa se baseará em apenas uma, pois o principal objetivo aqui é externar as contribuições das línguas africanas na formação do PB, tomando como exemplo simbólico a adoção da variante [nɨ]. Dessa forma, baseado na influência da língua africana no PB, tem-se a teoria da *crioulização e/ou semicrioulização*, postulada por Coelho (1880) e atualmente pesquisada por Guy (1981, 1989), Holm (1987), Baxter e Lucchesi (2006),⁷ entre outros que se interessaram pelos estudos linguísticos afro-brasileiros.

Em oposição à ideia da crioulização, tem-se a hipótese da *deriva*, que considera a formação do PB como um fenômeno inerente às línguas, isto é, as línguas, de maneira geral, possuem uma tendência à simplificação flexional (SAPIR, 1949/1921 *apud* NARO e SCHERRE, 2007. p. 50). A ideia que tem sobre a teoria da deriva é que o *pidgin* português se formaria na Europa e os portugueses o teriam ensinado aos africanos (NARO *apud* BONVINI, 2009, p. 20) e não *pidgin* africano que influenciaria o PE, como propõe a teoria da crioulização.

A teoria da crioulização – que fundamenta esta pesquisa – propõe que os negros, quando trazidos para o Brasil com o objetivo de trabalhar como escravos nas lavouras, tiveram de aprender abruptamente a língua do colonizador, ou seja, os africanos tiveram de aprender uma outra língua sem

⁷ Informações de Bonvini (2009).

a sistematização escolar, mas apenas ouvindo seu senhor, o feitor e até o capelão que sempre visitava as fazendas da colônia. Não obstante, o senhor não cobrava que os escravos aprendessem todos os aspectos do português, mas bastava saber aquilo que lhes seria necessário para o cumprimento das ordens nas tarefas diárias (MATTOS e SILVA, 2004. p. 98).

Esse contato linguístico entre adultos, segundo Baxter e Lucchesi (2006), é chamado de *transmissão linguística irregular*, pois a aquisição de uma segunda língua, naquele contexto, era apenas para fins específicos: o trabalho nas lavouras, ou comércio, por exemplo. Esse sistema linguístico particular recebe o nome de *pidgin*, que, por sua vez, serviu de base para a formação do *crioulo*. A saber, o oposto desse processo linguístico recebe o nome de *transmissão linguística regular*, que, segundo Naro e Scherre (2007, p. 137), acontece entre crianças na fase de socialização.

Nessa perspectiva, à medida que mais negros-escravos nasciam na colônia, eles assimilavam o *pidgin* e o incluíam em seu comportamento linguístico, fazendo com que esse sistema se perpetuasse, cristalizando-o. Dessa forma, a língua falada já não era mais o “português puro”, aquele com características lusitanas, mas uma língua amalgamada com traços africanos. Conforme Baxter e Lucchesi,

Em muitos casos, a primeira geração de escravos de uma colônia enfrentou uma situação que levou ao uso de uma segunda língua muito rudimentar, fragmentada e variável. Essa segunda língua, não obstante ter como alvo a língua dos dominadores, era fortemente influenciada pelas línguas maternas de seus utentes (1997, p. 69)

Como se pode observar, embora se tivesse hipoteticamente (e por imposição) como alvo o português europeu, os africanos não conseguiram apreender todas as suas nuances, porque ainda era muito forte a influência de sua primeira língua. Logo, com base nessas afirmações, o que se poderia conjecturar é que esse *pidgin* fora cristalizado ao logo dos tempos, formando um crioulo, hoje fortemente presente no português rural (PR).

Pesquisas realizadas em comunidades remanescentes de quilombos, outrora citadas na justificativa, apontaram semelhanças morfossintáticas entre o PR e as línguas africanas. Essas comunidades (consideradas isoladas devido ao seu difícil acesso – estratégia dos escravos fujões daquela época) carregam traços linguísticos que explicariam a constituição do PB, uma vez

que os negros não tiveram a oportunidade de escrever as suas histórias, isto é, não deixaram registros escritos que comprovem tal influência no PB.

3. A preposição *ni*: um substrato do crioulo africano de base portuguesa

Entre algumas peculiaridades morfossintáticas presente no vernáculo dos falantes das comunidades rurais, nota-se a substituição da preposição *em* por *ni* (BAXTER e LUCCHESI, 1997, p. 71) cujo traço morfológico se assemelha a estrutura da preposição *ni* de São Tomé, indicando tanto localização (lugar onde) como direção (lugar para onde). Além dessa possibilidade, o *ne* (/ni/), foneticamente, poderia ser resultado de uma analogia, fundamentada no paradigma *de* ~ [di] e suas contrações com os artigos definidos (HOLM, 1992, p. 62 *apud* LOPES e BAXTER).

Entretanto, empiricamente, pode-se perceber que a variante *ni* não está apenas no repertório linguístico de falantes de comunidades isoladas (em sua maioria, não escolarizados), mas também na escrita de pessoas escolarizadas, cuja modalidade, normalmente, é mais monitorada. Observe, abaixo, algumas ocorrências do *ne* (/ni/) em textos escolares escritos.

- I. **Ne** um certo dia um homem estava conversando com sua mulher sobre as condições financeiras que estavam quase por água abaixo (Falante 01. 9º ano).
- II. Já bati **ne** uma colega e fui para a diretoria (Falante 02. 6º ano).
- III. Minha avó veio e deu uma surra de cabo de esprito de alevante **ne** (fulano) e eu me escondi (Falante 03. 6º ano).

4. A caminho do português europeu

O preconceito contra as variedades linguísticas, segundo Bagno (2006, p. 73), se perpetua na sociedade através de um círculo vicioso, a saber, da *gramática tradicional, dos métodos tradicionais de ensino e dos livros didáticos*, cada um com seu grau maior e menor de interferência. No entanto,

poder-se-ia resumir interferência desses em apenas um: *o papel normativo do mercado escolar*, uma vez que os três fatores são utilizados nela. Votre afirma que:

A observação do dia-a-dia confirma que a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que as freqüentam e das comunidades discursivas. Constata-se, por outro lado, que ela atua como preservadora de formas de prestígio, face a tendências de mudança em curso nessas comunidades. (2007, p. 51)

Corroborando com essa ideia, Bortoni-Ricardo (2005, p. 14) chama a atenção para o fato de que “o ensino sistemático da língua é, de fato, uma atividade impositiva”, dessa forma, não se tem como não “acusar” a escola de ser a principal perpetuadora do preconceito linguístico, pois, na maioria das vezes, seus atores (professores) prescrevem e controlam o domínio das normas da variedade padrão (VOTRE, 2007, p. 51) e (LYONS, 2009, p. 214) em detrimento às variedades estigmatizadas que deveriam ser respeitadas e analisadas.

Uma vez que o mercado escolar prestigia a variedade padrão, baseada nas normas gramaticais lusitanas, nota-se que o PB prescrito pela gramática tradicional (GT) tende a caminhar rumo a seu alvo (o português europeu), contrariando a ideia legítima de que a língua brasileira fora constituída pela amalgama linguística das três raças (índio, negro e europeu). Assim, conforme a atuação tradicional da escola, algumas características linguísticas brasileiras vão se perdendo, implicando o processo de *descrioulização*.

Ocorre que, tanto no caso de morte da língua (ou crioulo?) quanto na ‘mudança progressiva’, a transformação vai na direção da língua dominante, provocando uma descrioulização, ou seja, a perda gradativa dos traços de mescla linguística, em favor do sistema da língua portuguesa, de sua estrutura morfossintática. (PETTER, 1999, p. 104 *apud* CUNHA)

Conforme essa afirmação, fica evidente que o ensino da língua portuguesa, pautado apenas na prescrição de normas implicará a perda de peculiaridades do vernáculo brasileiro que contribuíram para sua formação, submetendo mais uma vez a língua do Brasil ao poderio das classes sócio-economicamente favorecidas.

Esta pesquisa, contudo, não quer defender a ideia de que a variedade padrão não deva ser ensinada nas escolas, mas fazer com que a identidade

linguística brasileira seja revista, ou seja, que os traços linguísticos herdados dos índios e, em especial, dos africanos sejam também prestigiados.

5. Metodologia

O americano William Labov, precursor da Teoria Variacionista, propôs um modelo teórico-metodológico, baseado em um dos modelos da Estatística, que analisa a língua em uso dentro da comunidade de fala, isto é, um estudo sobre variação linguística que leva em consideração, além dos aspectos inerentes à língua, o contexto social em que ela é produzida.

Assim, tomando por base o objetivo desta pesquisa: descrever o processo de *descrioulização* da variante [ni] no português brasileiro, fez-se necessário contrastar textos escritos produzidos por alunos do 6º ano, com textos de alunos do 9º ano (pelo fato de serem a primeira e a última série do Ensino Fundamental II) a fim de verificar a frequência de uso das variantes *em* e *ni* em ambas as séries.

A cidade de Serrinha foi escolhida para desmitificar a ideia de que o *ni* (objeto dessa análise) estivesse presente apenas nas falas dos indivíduos de comunidades isoladas (comuns a essa região), e para demonstrar que a classe socioeconomicamente favorecida também o utiliza, pois os estudantes de escolas particulares, normalmente, são filhos de pessoas que pertencem a uma camada social que sócio-historicamente teve maior acesso à educação formal.

Dessa localidade, contudo, foi escolhida a Cooperativa de Educação Integral Serrinhense (COOPEISE) – um colégio particular que trabalha com todas as séries do Ensino Básico – para ser a comunidade linguística observada. A preferência a esta instituição se deu por causa do vínculo que o pesquisador teria com ela: ser professor das disciplinas de Língua Portuguesa e Técnicas de Redação, ponto relevante a esta pesquisa.

Com o objetivo de tentar responder ao questionamento desse estudo: saber se a escola influencia no processo de *descrioulização* da preposição *ni*, foi necessária que as amostras fossem coletadas pelo professor-pesquisador sob contexto formal, isto é, no momento das aulas. Para tanto, solicitou-se

aos estudantes (do 6º e 9º anos) uma produção textual que tivesse como proposta o relato de experiências pessoais.

6. Constituição e análise do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído por 20 inquéritos, sendo distribuídos em 10 textos do 6º ano, produzidos por 5 indivíduos do sexo masculino (masc.) e 5 do sexo feminino (fem.), e 10 textos do 9º ano (5 masc. e 5 fem.)⁸.

A partir dos inquéritos já selecionados, precisou-se analisar o nível de frequência do uso das preposições *em* e *ni*. Dessa forma, para que essa análise pudesse ser feita, levou-se em consideração a quantidade de ocorrências de contrações (da prep. com artigos definidos ou indefinidos e com pronomes), a utilização da preposição sem nenhuma contração e, por fim, as ocorrências do *ni*.

	6º ano		9º ano	
Variante	Ocorrências	Frequência	Ocorrências	Frequência
Contrações	118	78,14 %	106	68,39%
Prep. s/ contr.	28	18,55%	48	30,97%
Ni	5	3,31%	1	0,64%
Total	151	100%	155	100%

Tabela 01: Ocorrências e frequência de uso da preposição *em* e suas variantes em textos do 6º e 9º ano.

Com base nos dados apresentados, pôde-se perceber que o uso da variante *ni* está mais presente nos textos dos estudantes do 6º ano, perfazendo 3,31% das ocorrências, enquanto nos textos do 9º ano, a frequência é menor, apresentando apenas 0,64% das ocorrências. Diante desses resultados, nota-se que há uma discrepância ao passar dos anos escolares quanto ao uso das variantes *em* e *ni*. Essa diferença, portanto, é

⁸ Embora o *corpus* esteja dividido também entre textos produzidos por falantes do sexo masculino e feminino, não se pretende analisar, nesta pesquisa, a variável gênero/sexo, mas apenas o nível de escolaridade.

fruto do trabalho e do prestígio de apenas uma variedade da língua: a padrão. Com isso, o *ni*, aspecto linguístico herdado dos africanos, tende a desaparecer da escrita, prestigiando assim, a variante canônica *em*.

7. Considerações finais

A ideia de que o PB apresenta as mesmas características gramaticais que o português europeu é inquestionavelmente descartada, pois, ao considerar alguns aspectos linguísticos herdados das outras línguas que constituíram o PB (índio, negro), percebe-se um “abrasileiramento” na língua usada pelo povo desta nação.

Contudo, muitos desses aspectos linguísticos oriundos das línguas “marginalizadas” se perdem devido ao prestígio de apenas uma variante da língua, a padrão. É o que acontece com a preposição *ni*, substrato da língua africana presente no repertório linguístico de alguns falantes.

Com base no estudo abordado nesta pesquisa, pôde-se perceber que, seguindo apenas a variedade prestigiada, ao que confere o uso da preposição *em*, a língua “abrasileirada” pode retornar a ser semelhante ao português europeu. Esse caminho rumo ao idioma dos colonizadores faz com que a nossa identidade linguística, construída pela mistura de várias raças/etnias, se perca.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 42. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BAXTER, Alan N.; LUCCHESI, Dante. **A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil**. Revista Estudos Linguísticos e Literários. nº. 19. mar. 97, p. 65-83.

BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In. FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2009. p.15-62.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?**: sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CUNHA, Ana Stela de Almeida. **Processos de (des)crioulização no português popular falado nos quilombos do Maranhão, Brasil**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/gela/downloads/Cunha/Galicia_2003.pdf> Acesso em 05 dez. de 2010.

LEITE, Yonne; FRANCHETO, Bruna. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In. CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 17-43.

LOPES, Norma da Silva; BAXTER, Alan N.. **O ni no lugar de em, no, na etc. na fala dos Tongas**. Disponível em: <http://www.google.com.br/#q=as+preposi%C3%A7%C3%B5es+africanas&hl=ptBR&biw=1258&bih=527&rlz=1R2ADFA_ptBRBR413&prmd=ivns&ei=dZYzTaqoLISdlqeQ1ezCQ&start=20&sa=N&fp=ef4aad7a51265d85> Acesso em: 16 jan. 2011.

LUCCHESI, Dantes; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.). **O Português Afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LYONS, John. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Tradução: Marilda Winkler Averborg e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro. In._____. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007. p. 135-159.

_____. Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. In. _____. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007. p. 49-69.

ORLANDI, Eni P.. Processo de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In. GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa (Orgs.). **África-Brasil: caminhos da língua portuguesa**. Campinas, SP: UNICAMP, 2009. p. 212-223.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sócio-linguística**. 7. ed. São Paulo: ática, 2002.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In. MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 51-7.